





IGREJA
DE SANTO
ANDRÉ DE VILA
BOA DE QUIRES
MARCO DE CANAVESES

IGREJA
DE SANTO
ANDRÉ DE VILA
BOA DE QUIRES
MARCO DE CANAVESES



Planta.

SUMÁRIO HISTÓRICO

Epicentro de influência dos Portocarreiros – linhagem de particular importância no contexto de afirmação senhorial do século XIII –, o couto de Vila Boa de Quires assumiu-se na Idade Média como um polo de onde emanaram interesses familiares e eclesiásticos (Sotomayor-Pizarro, 1997: 909). À sombra de um instituto monástico fundado, segundo conjectura José Mattoso (2002: 105), “no século XI”, urdiram-se vários interesses, espartilhados que foram os direitos no cenóbio por vários herdeiros. Todavia, sobre os seus fundadores e a regra que seguiu inicialmente existem várias dúvidas. José Mattoso radica-o na ascendência dos Gascos e questiona se teria adotado a regra de Cluny (embora a ligação a Paço de Sousa, em Penafiel, praticamente confirme a adoção beneditina).

O autor do brevíssimo “Vila Boa de Quires” resume a situação do território no século XIII: “couto do mosteiro; honra de Portocarreiro, que pode equiparar-se a couto; e a honra de Buriz” (Correia et al., 1963: 361-363). Até quase ao presente conservaram-se em Vila Boa de Quires testemunhos muito expressivos da nobreza local terra-tenente na longa duração, de que são obras incontornáveis a torre dos Portocarreiros (de que hoje só resta a memória) e a exuberante fachada da residência palaciana cujo mentor se crê ser António José de Vasconcelos de Carvalho e Meneses (1714-1799). O pouco rendimento que o instituto monástico arrecadava, não obstante os legados da nobreza, deve ter contribuído para a sua secularização. Em 1320 contribuiu com 30 libras para o imposto das Cruzadas de D. Dinis e seria já igreja paroquial, passando em 1536 a comenda da ordem de Cristo, titulada pela Casa de Bragança (Sousa, 1745: 212).

333



Fachada da casa nobre (inacabada) dos Portocarreiros (também conhecida como palácio inacabado de Vila Boa de Quires ou obras do fidalgo) (Marco de Canaveses).

Sobre este aspeto esclarece-nos o autor da *Corografia portuguesa...*: “& porque he a primeira vez que fallamos em Commenda da Casa de Bragança, o que muitos não saberão, porque nem a todos são publicas estas noticias, saibão que esta Real Casa tem neste reyno mais de quarenta Commendas, que dá a quem lhe parece com hábitos, & faz alguns fidalgos, & huns, & outros gozão as preeminências dos que os Reys fazem, & nomeão” (Costa, 1706-1712: 396). Efetivamente, sendo a Casa de Bragança um estado dentro do Estado, geria o seu património material e venial com a independência e as prerrogativas que não cabiam a outra casa nobiliárquica portuguesa. Dentro da esfera do estado brigantino aparecem vários comendadores, próximos aos duques: Pedro de Castro (1536), Vasco Fernandes Caminha (cerca de 1539), João de Tovar Caminha (cerca de 1550-1614) e Rui de Sousa Pereira (cerca de 1631), entre outros (Cunha, 2004). A ligação desta comenda à nobreza titular explica-se pela rentabilidade da mesma: em 1706 auferia o comendador 600 mil réis, sendo anexos os rendimentos da paróquia de Rande, em Penafiel (Costa, 1706-1712: 396). Era, pois, mercê apetecida.

Já em 1758, o licenciado Tomás António de Noronha e Meneses, que assina a memória de Vila Boa de Quires, esclarece-nos sobre as jurisdições temporais da sua freguesia:

“He do termo e concelho de Porto Carreiro que comprehende so a metade desta freguezia, e a freguezia de Abragam, e a Freguezia de Maurelles, e a outra metade desta dita Freguezia he Couto, que comprehende parte da Freguezia de Reçezinhos, e parte da Freguezia de Constança, e tudo Sujeito ao dito concelho, no que respeita as cauzas crimes” (Meneses, 1758).

Em 1853, Vila Boa de Quires pertencia ao concelho e comarca de Penafiel, tinha 393 fogos, era da apresentação da Casa de Bragança e o reitor auferia de cõngrua 250 réis (Marques, 1853: 275)¹.

Na sequência da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, relativa à reorganização administrativa do território das freguesias portuguesas, Vila Boa de Quires foi agregada a Maureles, constituindo atualmente uma das 16 freguesias que compõem o município do Marco de Canaveses.

¹ Nesta data, o reitor de Vila Boa de Quires apresentava o pároco de Canas de Duas Igrejas, no concelho de Penafiel, segundo informação do mesmo dicionário (Marques, 1853: 59).

A IGREJA NA ÉPOCA MEDIEVAL

Embora a fundação do mosteiro de Vila Boa de Quires seja certamente anterior a 1118, data em que se documenta já o “monasterium que dicent Villa Bona de Queiriz” (Mattoso, 2002: 53), os elementos românicos que ainda persistem na sua fábrica atestam, no entanto, uma cronologia mais tardia. Por ocasião das obras realizadas em 1881, a que nos referiremos mais adiante, terá surgido uma inscrição que continha a data de 1180, embora Mário Barroca ressalve que não se conhecem quaisquer elementos sobre esta possível epígrafe, de que não sobrevive qualquer vestígio e cuja existência e cronologia devem ser encaradas com a devida precaução (Barroca, 2000: 430). Além dos elementos estilísticos, diversas siglas, algumas alfabéticas, de aspeto gótico, confirmam, no entanto, que estamos diante de uma fábrica datável já do século XIII, do segundo quartel ou já de meados da centúria.



Fachada sul. Nave. Arcossólios. Aduelas. Siglas.

Na construção românica, as siglas ou marcas de pedreiros, como habitualmente são mais conhecidas, são elementos fundamentais para o estudo da arqueologia da sua arquitetura, sendo igualmente indicadores fiáveis sobre a cronologia da sua fábrica. Tratam-se de pequenos sinais incisos, habitualmente geométricos, que aparecem na face exterior do silhar e que foram interpretados como marcas de tarefeiros, ou seja, como uma chave para diferenciar o trabalho do canteiro ou de grupos de canteiros (Nuño González, 2005: 95). Além de serem indicativos da progressão do trabalho, podem também ser elementos identificadores, por exemplo, do número (muito relativo) de pedreiros que poderão ter trabalhado num dado edifício. Sendo pagos

à jornada de trabalho, os pedreiros procediam à identificação dos silhares que tinham cortado e montado com marcas que podiam ir desde sinais grafíticos a letras do alfabeto. Embora não faltem alguns sinais mais elaborados, que adotaram formas figuradas, de um modo geral estamos diante de sinais incisos de fácil feitura (Huerta Huerta, 2004: 121-149). No entanto, na maior parte dos casos, estas marcas ficaram voltadas para o intradorso do paramento construído, embora ocasionalmente as possamos ver voltadas para o exterior. Ressalve-se, no entanto, que as siglas não devem ser entendidas como uma espécie de divisa que identifica um grupo concreto; a sua aplicação – a não ser que se trate de signos muito especiais ou de construções muito diretamente relacionadas – deve ser analisada de forma individual em cada edifício, cuja distribuição chega a ser completamente arbitrária (Nuño González, 2005: 95).

Mais, as siglas de canteiro, embora se possam descobrir, excecionalmente, em alguns monumentos clássicos, são, sobretudo, um fenómeno da Idade Média final (Almeida, 1978: 44). A não ser em duas das abadias cistercienses da Beira (Tarouca e Salzedas, ambas no concelho de Tarouca), as siglas parecem ser bastante raras antes do século XIII. A sua prática tornar-se-á muito comum no segundo quartel do século XIII, sendo já muito frequente em obras que datam do terceiro quartel. Segundo Carlos Alberto Ferreira da Almeida, temos de concordar que, a partir dos meados do século XIII, o hábito de siglar atinge todo o operário-canteiro que pode proceder assim por gosto e tradição, mas há que ressaltar que onde os pedreiros recebessem pelo trabalho-dia ou onde operassem gratuitamente as marcas eram dispensáveis (Almeida, 1978: 45-46). Não nos esqueçamos que a remuneração do trabalhador apenas começa a ser timidamente regulamentada em finais da Idade Média e os dados que existem sobre o assunto não são suficientes para se poder estabelecer generalidades (Huerta Huerta, 2004: 126).

A estes aspetos devemos acrescentar os da evolução gráfica que as siglas foram sofrendo ao longo dos três séculos finais da Idade Média (Almeida, 1978: 46). Se bem que os sinais simples se encontrem sempre, mesmo ao lado de outros muito elaborados, a tendência geral foi para o seu desenho se complicar e tomar, cada vez mais, a forma alfabética ou ideográfica. Assim, no século XIII, estas siglas são predominantemente simples, sendo muitas delas alfabéticas e na parte final algumas têm aspeto ideográfico, isto é, há canteiros que apresentam, como siglas, a figuração do objeto que o seu apelido nomeia.

Estamos, assim, diante de um edifício construído seguramente a partir do segundo quartel do século XIII. Embora a nave única desta Igreja tenha sido deslocada em cerca de 10 metros para ocidente em 1881, como atentaremos mais adiante, a verdade é que nesta grande ampliação da nave “houve todo o cuidado em respeitar o seu estylo architectonico, pelo que a sua frontaria actual é com pequena diferença a mesma que tinha antes da ampliação. Apenas avançou alguns metros para a frente, conservando o seu elegante portico, hoje mais vistoso e desafrontado” (Leal, 1873-1890: 674).

Esta fachada encontra-se, ao nível da composição, entre as mais elaboradas da região do Baixo Tâmega. Ao pórtico sobrepõe-se um janelão, lembrando em alguns aspetos a frontaria de Paço de Sousa, embora aqui estejamos diante de um edifício composto por uma só nave, pelo que a maior elevação da zona central da fachada, criando uma ilusória diferenciação de cérceas, deve-se exclusivamente às dimensões, talvez um pouco desmesuradas (Graf, 1986: 101), da



Fachada ocidental.

janela dotada de um mainel de secção poligonal, indício evidente de uma cronologia avançada, já entrada no período gótico. O tímpano está decorado com uma cruz vazada². Esta é envolvida por um conjunto de três arquivoltas alongadas, cujas colunas apresentam capitéis com motivos vegetalistas idênticos do lado esquerdo. Do outro lado, os capitéis são todos diferentes, mostrando o mais interior animais afrontados na aresta, o do centro uma pequena máscara no ângulo superior (talvez um monge? (Basto, 2006)) e o mais exterior aquilo que parece ser uma figura humana, estilizada (uma carranca? (Basto, 2006)).

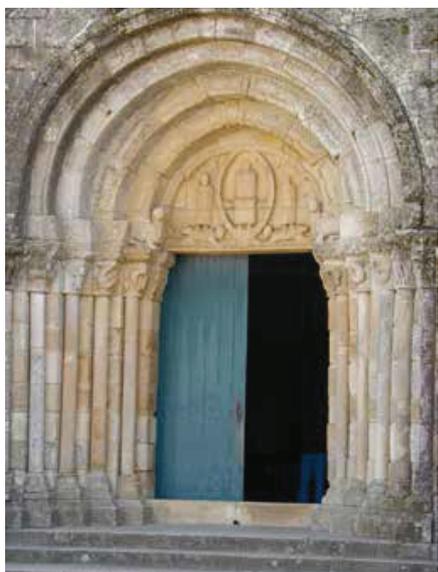
A extremidade superior do portal principal apenas se separa da base da janela por uma fiada de silhares. O portal, muito próximo estilisticamente ao do Mosteiro de Paço de Sousa, é composto por quatro arquivoltas ligeiramente quebradas, definidas por arco envolvente ornado com o motivo n.º 3 da ornamentação caracteristicamente românica, definido por Joaquim de Vasconcelos como “círculos secantes em movimento duplo, centrista; fita” (Vasconcelos e Abreu, 1918: 69). Nas impostas, que se prolongam ao modo de friso liso por toda a extensão desta fachada, vemos o motivo n.º 10 do mesmo inventário, assim descrito: “hera estylisada com cinco folhas; motivos soltos, ao alto” (Vasconcelos e Abreu, 1918: 69). No tímpano liso, uma inscrição alusiva à ampliação de finais do século XIX, onde se lê: AMPLIADA EM 1881.

Mas, é ao nível do talhe dos capitéis e dos motivos das mísulas, que assumem a forma de cabeças de bóvidos, que se identificam as maiores semelhanças com o portal de Paço de Sousa. Aqui, em Vila Boa de Quires, o talhe a bisel característico do chamado “românico nacionalizado”, que se desenvolveu em torno do eixo de irradiação do Mosteiro onde está sepultado Egas Moniz, o



Fachada ocidental. Janela mainelada.

² Gerhard N. Graf (1986: 101) considera serem estes os elementos introduzidos pelos “embelezamentos” de 1881, tendo em conta o facto de o mainel ter sido talhado num material diferente.



Igreja de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim). Fachada ocidental. Portal.



Fachada sul. Nave. Portal.

338

Aio, encontra um dos seus mais eloquentes exemplares. Refira-se ainda a cronologia tardia dos monumentos construídos na irradiação deste Mosteiro, na sua maior parte resultantes de reconstruções feitas durante os meados do século XIII de edifícios preexistentes, como será o caso de Vila Boa de Quires, o que concorre também para corroborar aquilo que anteriormente dissemos.

Reinaldo dos Santos identificou um elemento que justificaria o caráter unitário do grupo do românico que irradiou de Paço de Sousa: o tratamento escultórico dado à decoração ao nível do baixo-relevo planificado de corte biselado. Esta plasticidade está precisamente nos antípodas do tratamento plástico da escultura românica do eixo Braga-Rates, mais frondoso e túrgido, conferindo uma volumetria mais acentuada aos motivos escultóricos e criando-lhes um efetivo jogo de claro-escuro. Na bacia hidrográfica do Sousa, o tratamento escultórico recorda a Reinaldo dos Santos a técnica dada ao baixo-relevo feito sobre madeira, mais gravada que modelada, sugerindo por vezes a arte visigótica ou a bizantina (Vasconcelos e Abreu, 1918: 69).

No portal principal de Vila Boa de Quires, os capitéis ostentam motivos simétricos, de sabor vegetalista e estilizado, bem presos ao cesto. As colunas, alternadamente prismáticas e cilíndricas que dão corpo a este portal, são mais um testemunho de integração cronológica e estilística, se é que assim se poderá dizer, desta Igreja de Vila Boa de Quires na corrente do românico dito “nacionalizado”³.

Ricamente ornamentado está também o portal sul, considerado particularmente interessante (Graf, 1986: 101). Muito bem conservado, este portal apresenta, de modo idêntico ao principal, duas mísulas esculpidas a sustentar o tímpano liso: uma cabeça de bovídeo e um animal terrífico, de boca aberta, mordendo um fruto. Quando Armando de Mattos (1949: 59) sugere uma anterioridade dos capitéis deste portal relativamente aos do portal principal, talvez aqui

³ Para um maior desenvolvimento deste assunto veja-se Botelho (2010: 453 e ss).



APPLIADA
EM
11281

reaproveitados de uma edificação anterior, cremos que este autor não compreendia ainda a força que as preexistências locais e o substrato autóctone tiveram ao nível da escultura da época românica e, muito especialmente, na formação de uma linguagem de tal forma particularizada no românico português que mereceu o epíteto de “nacionalizada”.

Ostentando os seus capitéis evidentes semelhanças com os do portal de São Gens de Boelhe (Penafiel) (Rosas e Sotomayor-Pizarro, 2009: 110), o portal sul de Vila Boa de Quires está extremamente bem conservado. Talhados a bisel, elaborados motivos vegetalistas conjugam-se com composições fitomórficas e, no capitel interior do lado esquerdo, animais afrontados recordam a força que as influências orientais tiveram entre nós. Não podemos deixar de referir que a arte muçulmana e norte-africana, ao entrar na Península Ibérica no século VIII, veio trazer um elemento novo (Correia, 1949: 1). Sendo desde há muito “doutrina assente em História da Arte que a decoração românica recebeu copiosas acessões de carácter oriental”, todavia, para Vergílio Correia foi mais difícil assumir que “parte dessa decoração de carácter oriental chegasse ao românico através da Espanha muçulmana e por via do esplendor cultural desta” (Correia, 1949: 42).

Das três arquivoltas, apontadas, as duas internas têm arestas vivas, enquanto a exterior é pontuada por pérolas no chanfro. Atente-se às siglas nas aduelas das arquivoltas. Ao nível das impostas vemos dois motivos identificados por Joaquim de Vasconcelos na edição monumental, que em 1918 consagrou à *Arte românica em Portugal*. Encontramos, do lado direito do portal, a “hera estylisada, (...) ao alto, com cinco folhas”, identificada com o n.º 22, motivo semelhante ao das impostas do portal principal, identificadas pelo n.º 10 (Vasconcelos e Abreu, 1918: 69), diferenciando-se apenas pelo facto de não constituir neste portal um “motivo solto”, estando antes “ligado”. Do outro lado, o motivo n.º 34 que, segundo Joaquim de Vasconcelos, representa “folhas de figueira, simplesmente, de sete pontas, motivo ligado; meio relevo. Confunde-se às vezes com a hera na estylisação” (Vasconcelos e Abreu, 1918: 72).

Neste alçado sul são, ainda, dignos de destaque os cachorros que sustentam a cornija, que, por serem tendencialmente lisos e de perfil quadrangular, confirmam a cronologia tardia do edifício em estudo⁴. A existência de mísulas (também quadrangulares) a meia altura da fachada informa-nos ter aqui existido uma estrutura alpendrada. Estas estruturas, porque construídas com materiais efémeros (como a madeira e a telha) não chegaram até aos nossos dias. Poderiam ter sido várias as funções destes espaços alpendrados no românico português, passando pelo local de reunião até ao simples abrigo dos fiéis. Estreitas frestas iluminam o interior da nave.

Três arcosólios, quebrados, rasgam o paramento desta fachada, ao nível térreo da nave, mostrando tampas sepulcrais cuja forma não corresponde ao espaço do arco (Rosas e Sotomayor-Pizarro, 2009: 110). Por definição, os arcosólios tumulares são estruturas adossadas ou abertas na espessura dos muros, destinadas a albergar monumentos funerários, adotando, consoante a época, o arco de volta perfeita ou o apontado (Barroca, 1987: 399). Estes três exemplares de Vila Boa de Quires primam pela ausência total de motivos decorativos e pelo facto de não terem qualquer elemento identificador (epígrafe, brasão, etc.) de quem neles se fez sepultar.



Igreja de Boelhe (Penafiel).
Fachada ocidental. Portal.

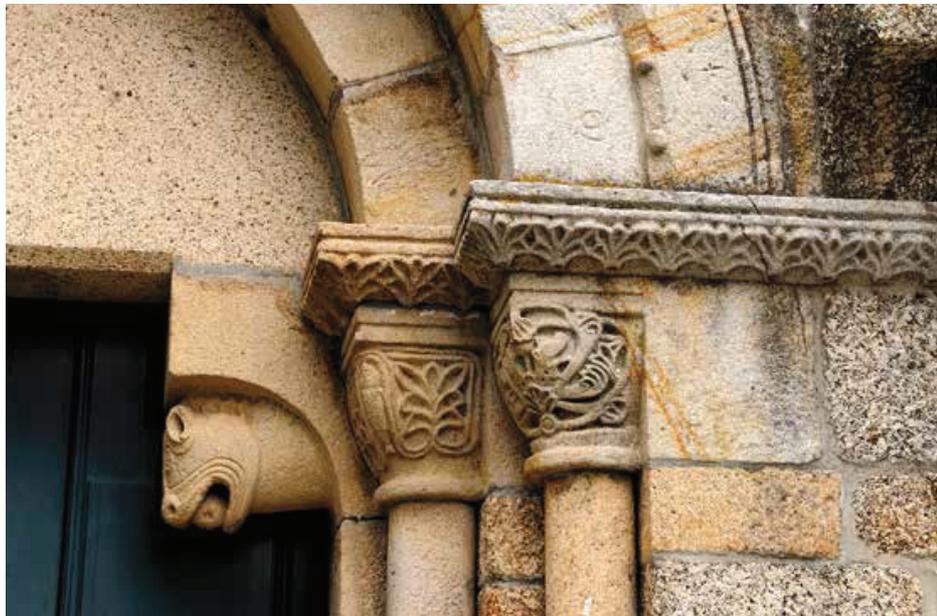


Fachadas ocidental e sul
e torre sineira.

⁴ Não nos esqueçamos que alguns destes cachorros resultam da obra de ampliação de 1881.



Fachada sul. Nave. Portal. Mísula, capitéis e impostas.



Fachada sul. Nave. Portal. Mísula, capitéis e impostas.



Fachada sul. Nave. Arcossólios.

Extremamente simples é a fachada norte. Estreitas frestas iluminam o interior da nave e a presença de mísulas a meia altura do seu alçado confirmam-nos também a presença de uma desaparecida estrutura alpendrada. Mais rica é, todavia, a sua cachorrada. Embora sejam maioritariamente lisos, há dois cachorros que se destacam por terem a forma de cabeça de bovídeo e de um rosto humano. Uma cicatriz no paramento denuncia a existência de um portal confrontante com o do alçado sul, definido por uma simples arquivolta, quebrada. O portal que atualmente facilita o acesso ao interior da Igreja, a partir deste alçado, de verga reta, data certamente da Época Moderna.

O cuidado posto nos remates dos paramentos posteriores do edifício denuncia a qualidade do *atelier* (ou *ateliers*) que trabalharam na fábrica românica de Vila Boa de Quires. A empena posterior da nave é pontuada por pérolas, tema glosado ao extremo na Igreja de Veade (Celorico de Basto), e a cruz terminal da capela-mor mostra-se patada. O “*Monasterii Ville Bone de Queeriz*” ainda está ativo em 1258 (Mattoso, 2002: 53), sendo que só em inícios do século XIV, antes de 1320, é que esta Igreja foi convertida em paroquial (Sousa, 2005: 71). Foi, portanto, enquanto igreja monástica que esta Igreja foi erigida, daí se compreendendo melhor a qualidade e o caráter elaborado da sua fábrica.



Fachada norte. Nave.



Fachada norte. Capela-mor.



Vista geral do interior a partir da nave.

Ingressemos no interior desta Igreja românica de Vila Boa de Quires. A sobriedade do granito dos paramentos da nave contrasta, quase escandalosamente, com a festa da cor da capela-mor. Não nos podemos esquecer que o espaço sacro românico raramente se apresentava despido. À policromia dos próprios paramentos juntavam-se têxteis. O aspeto limpo da pedra no interior das igrejas deriva de uma leitura recente, datável das intervenções de restauro do século XX. Apesar do caráter algo *naïf* que apresenta, a policromia do arco triunfal românico desta Igreja pode-nos facultar um bom exercício mental de como se apresentaria, na realidade, a escultura arquitetónica do nosso românico. Também ele quebrado, o arco triunfal é composto por três arquivoltas, sendo a exterior pontuada por pérolas e rematada pelo mesmo motivo n.º 3 que envolve o portal principal. A arquivolta média está rematada por um toro e a interna é pontuada, em cada uma das suas aduelas, por “myosotis quadrifólio, alto relevo, pousado sobre a pedra”, motivo n.º 23 do inventário ornamental de Joaquim de Vasconcelos.

Curiosos são os capitéis que as sustentam, nos quais estão esculpidas palmetas e sereias que entrelaçam as caudas, numa escultura pouco saliente e com uma distribuição pouco adaptada à forma do capitel, revelando uma mão que não a que concebeu os portais desta Igreja. Com um arranjo semelhante ao da abside de Abragão (Penafiel) (Rosas e Sotomayor-Pizarro, 2009: 110), a capela-mor de Vila Boa de Quires é abobadada e o seu arco toral, sustentado por pilastras e ornado com palmetas relevadas nas impostas, define dois tramos.



Capela-mor.



Igreja de Abragão (Penafiel). Capela-mor.



O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

Depois de assinalar as jurisdições seculares e temporais que a Vila Boa de Quires diziam respeito em 1758, o licenciado Tomás António de Noronha e Meneses acrescenta, sobre a paróquia:

“(...) esta situada no mejao da freguezia Fora de Lugar (...) § O Seu orago e padroeiro he Santo Andre, posto no Altar mor da dita Igreja paroquial no qual tam bem esta o Sacrario, e tem tambem no dito Altar a imagem de Sam pedro, e tem mais tres Altares, hum da Senhora do Rozario, outro do menino jesus, outro das Almas, e he de huma só nave (...)” (Meneses, 1758)⁵.

Atualmente permanece o mesmo número de altares, embora alterados por novos gostos e por novas técnicas de intervenção (nem sempre pensadas para assegurar a conservação do património). Por outro lado, novas devoções invadiram o espaço eclesial desde 1758. A sua presença constitui novo registo de espiritualidade e religiosidade locais, onde intervieram fatores diversos, desde a prédica até à vaga de devoções que marcam determinadas épocas (como exemplo e desde 1917, a Virgem do Rosário de Fátima).

Deve corresponder à campanha de obras do último quartel do século XIX a substituição do retábulo de matriz barroca que existiria na capela-mor. O que atualmente podemos apreciar espelha uma linguagem de matriz neoclássica que incorpora aspetos ornamentais de vários estilos, nomeadamente o românico e o barroco. Nele expõem-se as imagens de Santo André (século XVII), o padroeiro, do lado do Evangelho, e São Pedro (século XVIII), do lado da Epístola. Ao centro, encobrindo o trono, numa tela de grandes dimensões, representa-se a Adoração do Santíssimo Sacramento e do Cordeiro Místico por dois anjos que, fletindo uma das pernas sobre o supedâneo de um altar, oram solenemente. Rematando a cena, o Olho da Providência e seis cabeças de anjos pairam sobre um ostensório. É obra de finais do século XIX.

Do programa barroco que ornamentaria a capela-mor restou apenas o revestimento azulejar e as pinturas da abóboda. Os azulejos, identificados por Santos Simões (1971: 28), foram a parede até à sanca, em 20 azulejos de alto. Este conjunto azulejar, em tons de azul e amarelo sobre fundo branco, cria um efeito de contraste profundo com o granito do interior da Igreja. Tal revestimento no interior da capela-mor de Vila Boa de Quires é marcante e testemunha uma vontade de nobilitação desse espaço que, no entanto, teve de recorrer a uma técnica mais económica, que não deixa de ser, por isso, menos monumental pela nobilitação que confere ao seu espaço. Estamos diante de um exemplar típico do azulejo tipo “tapete”, tão característico do século XVII. Particularmente na primeira metade do século, a técnica da padronagem assume grande relevância (Meco, 1989: 134), sendo a mais abundante e caracterizadora desta época



Capela-mor. Retábulo-mor.

⁵ Em resposta à questão número 16, assinala: “A metade desta Freguezia he do couto, tem juis ordinario E Almotacé, e procurador, e a outra parte, que he do Conçelho de Porto Carreiro, tem tambem juis ordinario, e Camara, e hum, e outro sugeito ao Corregedor da Comarca” (Meneses, 1758).



Capela-mor. Azulejos.

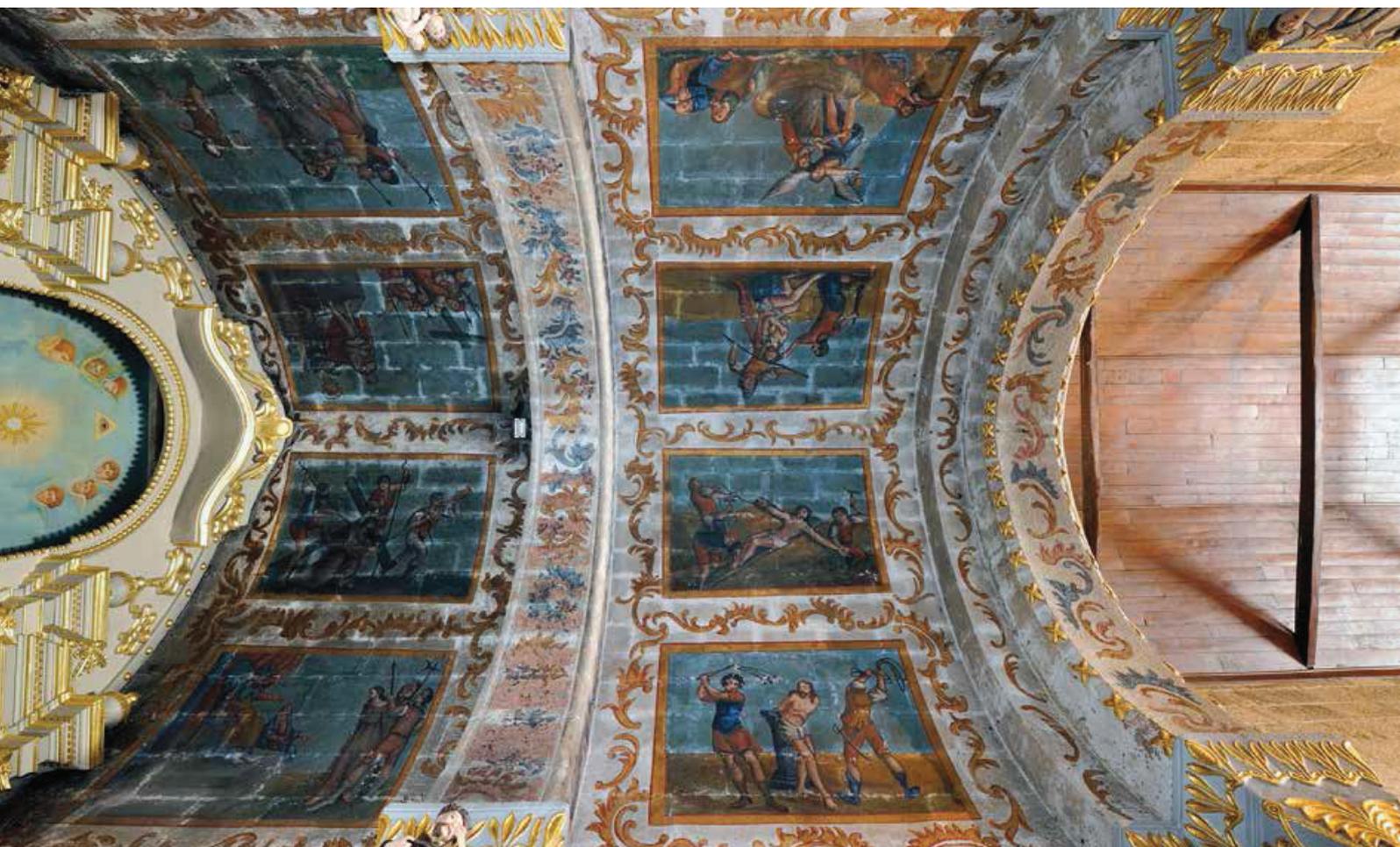


Igreja de Airães (Felgueiras). Capela-mor. Azulejos.

no âmbito dos revestimentos parietais. Através do desenvolvimento das composições geométricas e da aglomeração em superfícies dos azulejos, vemos os motivos a serem repetidos, levando ao aparecimento de padrões ou composições seriadas de repetição superficial. Repete-se o módulo e surge uma interligação (diagonal) entre os motivos decorativos. Raramente os padrões ocupam um só azulejo. Na Igreja de Santa Maria de Airães (Felgueiras), o motivo azulejar da capela-mor tem uma dimensão de 2x2 azulejos e o seu desenho só adquire sentido num agrupamento de quatro azulejos. Já em Vila Boa de Quires estamos diante de um exemplar de padrão de 6x6. Segundo Santos Simões, os padrões do módulo 6x6 destinam-se a grandes superfícies, limitando, no entanto, o repertório a poucas variedades (Simões, 1971: 111). A mais frequente, que identifica como “P-604”⁶, é precisamente a que encontramos na capela-mor de Vila Boa de Quires.

A guarnição deste azulejo tipo “tapete” seiscentista de Vila Boa de Quires é a F-10 (Simões, 1971: 28, 131), de longe o friso que mais vulgarmente se empregou em Portugal (Simões, 1971: 127). Conforme esclarece o autor, os tapetes de azulejos eram sempre limitados por guarnições que os definem no espaço, enquadrando os padrões (Simões, 1971: 127). Mais, verdadeiros “tapetes”, eles têm as suas orlas, separando a parte central dos acidentes arquitetónicos (molduras, vãos, cornijas, etc.).

6 O autor registou a presença deste motivo, apresentado em oito elementos gerados por seis matrizes, em cerca de oitenta núcleos diferentes, desde a igreja de São Cristóvão de Caminha até aos confins do Brasil (antigo convento de Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio) (Simões, 1971: 111).



Capela-mor. Abóbada. Pinturas.

Na capela maior subsistem, ainda, dois conjuntos pictóricos do tipo “brutesco” que narram, em oito quadros, os mistérios dolorosos dos processos religioso e civil e da Paixão e Morte de Cristo. O autor do *Portugal antigo e moderno...*, na descrição que faz da Igreja em 1886, refere-se-lhe nestes termos: “capella-mór abobadada com apainelados e boas pinturas a oleo representando os Passos do Redemptor”. Datável da segunda metade do século XVIII, registamos, no primeiro conjunto, observado do Evangelho para a Epístola, o beijo de Judas e a prisão de Cristo (Mt 26, 49), o *Ecce Homo* (Mt 27, 28), o caminho para o Gólgota (Mt 27, 31-32) e a apresentação ante Pilatos (Mt 27, 1-2). No segundo conjunto ou fiada de painéis, segundo observação no mesmo sentido: a oração e agonia no horto (Mt 26, 36-46; Mc 14, 34-42; Lc 22, 39-46 e Jo 18, 1), o escárnio ou humilhação de Jesus Cristo (vulgarmente designado por “Senhor da Cana Verde”) (Mt 27, 27-30; Mc 15, 16-19; e Jo 19, 1-3), a crucifixão (Mt 27, 34; Lc 23-33; Jo 19, 18; e Mc 15, 23-25, 27-28) e a flagelação (que o popular designa por “Senhor atado à coluna”) (Mt 27, 26).

A leitura desta narrativa visual deve ser feita em espiral e contra espiral, a partir do lado do Evangelho, do arco cruzeiro para a cabeceira, passando ao ponto oposto e no sentido inverso, voltando ao segundo painel e deste para o que lhe está abaixo, voltando acima junto ao retábulo e deste para o inferior, de forma a que à imagem da crucifixão se ligue a monumental representação do *Calvário*, cuja pintura preenche a totalidade da superfície superior ao arco cruzeiro na face aberta para nave⁷.

⁷ Ausente desta composição é o crucifixo que devia situar-se ao nível da fresta. Desconhecemos se alguma vez existiu, suspenso ou adossado à parede. Todavia, não foi possível reconhecer entre o património escultórico da Igreja um conjunto escultórico que pudesse enquadrar-se naquele espaço.

Embora cromaticamente apelativos, estes painéis evidenciam traço de pintor ou pintores pouco eruditos, de que é prova a fraca expressividade das faces e deficiente tratamento dos volumes – para que contribuiu, também, a aplicação do pigmento sobre uma débil camada preparatória (as juntas entre aduelas prejudicam a integridade das pinturas). Todavia, trata-se de um curioso e excêntrico registo de pintura de revestimento (o termo pintura mural é neste caso mal aplicado) que transporta para a abóbada pétrea um trabalho geralmente associado ao trabalho de marcenaria, carpintaria e talha, no caso do artesoado.

A composição, repintada em época recente, abrangeu a ornamentação românica do arco cruzeiro, arquivoltas e intradorso, até ao nível dos capitéis, recordando, como já foi dito – pese embora a distância temporal, as técnicas e a função subjacente –, o costume de se aplicar policromia sobre a ornamentação e a estrutura das igrejas medievais.

Ao nível na nave destacam-se os altares colaterais com os respetivos retábulos reconstruídos em data que desconhecemos, reaproveitando elementos estruturais e ornamentais de feição maneirista e barroca – embora profundamente lesados pelos atuais repintes. O altar colateral da parede norte é atualmente dedicado à Virgem das Dores e o da parede sul à Virgem do Rosário de Fátima. Ambos têm pintura ao nível do ático: o primeiro, uma representação do Deus-Pai em gesto de bênção, e, o segundo, a pomba do Espírito Santo.

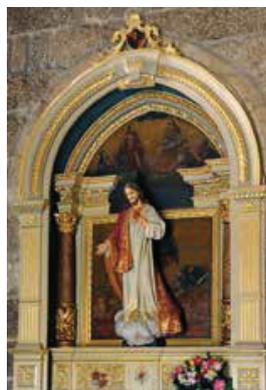
348



Nave. Retábulo colateral do lado do Evangelho.



Nave. Retábulo colateral do lado da Epístola.



Nave. Parede norte. Retábulo.

Embutido na parede norte encontra-se outro altar, referido, em 1758, como das Almas. Efetivamente, atrás da imagem do Sagrado Coração de Jesus que hoje ali titula, esconde-se uma pintura, da transição do século XVII para o século XVIII, em que o arcanjo Miguel, juiz e guia, coadjuvado por outro anjo, pesa as almas que há de levar ao Paraíso, dentre as que pendem ou ardem já no fogo do Inferno. No ático, uma representação da Santíssima Trindade, ladeada por duas figuras (uma masculina e uma feminina – que podem tratar-se da Virgem e do Evangelista São João), do mesmo período e autor, preside ao conjunto integrado de mobiliário, pintura e imaginária – malogradamente desvirtuado do seu aspeto original. O retábulo, aplicado a um vão rematado por arquivolta quebrada, cuja cicatriz (visível exteriormente no alçado) foi já assinalada, apresenta ainda sinais da sua condição particular – talvez altar ou capela associada a família de elites locais.

Ao longo das paredes laterais da nave, algumas mísulas comportam imagens que apelam à devoção comunitária local: como São Nuno de Santa Maria, Imaculada Conceição, Santo António de Lisboa e São José (escultura dourada e policromada do século XVIII), ambos transportando o Menino Jesus ao colo, Virgem das Graças, Menino Jesus Salvador do Mundo, Santa Teresinha do Menino Jesus, entre outras de menor relevância artística e estética.



Nave. Parede norte.



Nave. Parede sul.

AMPLIAÇÕES E INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

A 9 de novembro de 1864, em resposta ao Inquérito enviado a todos os párocos das freguesias do bispado do Porto⁸, que, no entanto, afirma não ter recebido, o abade José Joaquim Duarte Pinto M. da Costa, pároco de Vila Boa de Quires, informa que a Igreja paroquial, embora “anos ha temos concertado alguma couza”, se encontra “em completa ruína miserabilissima em seus ornatos” (Rosas, 1995: 528-529). Tendo em conta o “qto. hé ainda necessario p.^a seu arranjo!! Muito”, o abade José Joaquim, dirigindo-se ao Diretor das Obras Públicas do Porto, Luís Victor Lecocq, afirma: “seria Ex.^{mo} Snr. Hũa obra boa, e a mais meritória se V. Ex.^a nos tomasse debaixo de sua valiosa proteção” (Rosas, 1995: 528-529).

Mas foi apenas cerca de vinte anos mais tarde, aproximadamente, que a Igreja de Vila Boa de Quires foi alvo de uma profunda intervenção que, como já referimos, procurou, no entanto, respeitar os elementos primitivos, apesar dos “melhoramentos” então introduzidos. Não encontramos qualquer fonte inédita sobre a mesma, pelo que optamos por citar aqui a descrição que Pedro Augusto Ferreira, o abade de Miragaia (1833-1913), continuador de Pinho Leal na redação do *Portugal antigo e moderno...*⁹, nos faculta (Leal, 1873-1890: 674):

“A egreja matriz é templo muito antigo, pequeno, mas de merecimento, estylo gothico, paredes revestidas d’azulejo, no cimo d’ellas varias figuras e sereias esculpidas em granito, capella-mór abobadada com apanelados e boas pinturas a oleo representando os Passos do Redemptor; altar--mór e 4 lateraes, todos de entalha antiga dourada, e confrarias ou irmandades do Santissimo Sacramento, Senhora do Rosario e Menino Deus, todas de remota fundação. § Como a egreja fosse muito pequena para a população actual d’esta parochia, ampliaram-n’a recentemente, acrescentando-lhe quasi o dobro em comprimento, prolongando-lhe as paredes lateraes até absorverem a galilé ou alpendrada que tinha na frente, e que era um pouco mais baixa do que a egreja, tapada pelo sul pela parede, – pelo norte e poente firme em columnas de pedra – e pelo nascente presa ao frontispício da igreja, que olhava e olha para poente. § Tambem lhe adicionaram uma torre, pois só tinha um campanario de duas sineiras que rematava a frontaria do templo. § Houve todo o cuidado de respeitar seu estylo architectonico, pelo que a sua frontaria actual é com pequena diferença a mesma que tinha antes da ampliação. Apenas se avançou alguns metros para a frente, conservando o seu elegante portico, hoje mais vistoso e desafrontado, com as suas quatro ordens de columnas e correspondentes arcadas firmes em capiteis muito ornamentados, representando cabeças de boi e outros animais, tudo de granito, e superiormente a fresta do velho templo, no mesmo estylo do portico. § No acto de demolição e remoção, encontrou-se uma pedra com

⁸ Victor Le Cocq fora incumbido, por portaria emitida pelo Ministro das Obras Públicas, de confeccionar um mapa do estado de conservação de todos os edifícios, respetiva reparação e despesas autorizadas, que estavam a cargo daquele Ministério. Desses edifícios faziam parte os que eram considerados monumentos, igrejas paroquiais e capelas públicas, entre outros (Rosas, 1995: 511 e ss).

⁹ São da sua autoria a parte final do tomo X e os tomos XI e XII.

uma data que se julgou ser 1180. § Em seguida á ampliação do templo foram restaurados e dourados de novo os altares, – e também se alargou o cemitério e se restaurou e acrescentou a residência parochial. § Todas estas obras foram levadas a efeito por espontânea generosidade d’alguns parochianos benemeritos, debaixo da activa e zelosa inspecção do não menos benemerito padre Victorino José Alves, professor regio n’esta parochia, sendo muito eficazmente auxiliado pelo sr Antonio de Vasconcellos, da nobre casa dos Chãos”.

Este cuidado posto no respeito pelo estilo primitivo da Igreja prossegue aquilo que vinha sendo feito na época nos edificios intervencionados, o que não evitava que se acrescentassem elementos à fábrica primitiva. É por esta razão que se alude à “pequena diferença “da frontaria que ocupou o lugar da primitiva galilé. Tendo em conta a descrição que se dá da mesma, esta seria extremamente elaborada, dotada de arcadas e de capitéis “muito ornamentados, representando cabeças de boi e outros animais”. Seriam antes cachorros? Será que o cachorro com cabeça de bovídeo que identificámos na fachada norte não resulta de um reaproveitamento, qual pequeníssima reminiscência desta galilé?

Além da ampliação da nave, evidente transformação estrutural da igreja primitiva, há que sublinhar a edificação da torre sineira e que veio substituir uma empena, posicionada ao centro da fachada, rasgada por dois sinos.



Fachada norte. Nave. Cachorro.

A Igreja de Vila Boa de Quires foi classificada como Monumento Nacional em 1927¹⁰. Mas, em meados da década de 1940, começa uma luta incessante por parte do então pároco, Manuel Nogueira Coelho. De facto, uma consulta aos processos administrativos da extinta Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) mostram-nos que foi muito ativa a correspondência trocada entre o pároco de Vila Boa de Quires e esta instituição e que se prolongou até à década de 1970¹¹. O primeiro lamenta o esquecimento a que a sua paróquia tem sido votada; a segunda adia a realização dos trabalhos. Ou, então, como ocorreu com o relógio que a freguesia pretendia instalar na torre da Igreja, estabelece as condições necessárias à sua colocação, num moroso processo que se estendeu por mais de dois anos¹².

Não se pense, no entanto, que as intervenções consideradas mínimas e urgentes ficaram por fazer. Entre 1964 e 1980 identificámos a realização de uma série de intervenções dirigidas particularmente para o sistema de cobertura da sacristia (1968), da capela-mor (1970) e da nave (1971-1972 e 1976). Naturalmente que foram sendo realizados outros trabalhos ao nível da pedraria, dos madeiramentos e do mobiliário litúrgico e que incluíram mesmo a instalação elétrica da Igreja (1967 e 1980)¹³.

Não nos podemos esquecer que, a partir de meados do século XX, a política de intervenção da DGEMN torna-se cada vez menos visível, ou seja, procura cada vez mais, com algumas exceções, conservar o existente e não tanto restaurar aquela que se entendia ser a sua imagem primitiva. É, pois, por isso que a decapagem do reboco das naves feita em 1977, em Vila Boa de Quires, surja como a mais transformadora intervenção na imagem do edifício que pudemos identificar para o século XX. Esta intervenção incluiu igualmente a “raspagem e destaque de tintas, do tecto de madeira da nave, incluindo o enceramento”, assim como a realização de sondagens ao nível dos pavimentos para futuros trabalhos¹⁴. Pena foi que destas últimas nada conseguimos apurar.

Chegados à década de 1990, os apelos vêm agora da parte da Comissão Fabriqueira¹⁵. Mais depressa ouvidos, conseguiu-se que em 1991 fossem beneficiadas as coberturas da Igreja¹⁶. [MLB/NR]

Tendo integrado a Rota do Românico em 2010, a Igreja de Vila Boa de Quires foi alvo, em 2013, de uma intervenção de salvaguarda, conservação e valorização. A execução do projeto teve por fim a conservação geral das coberturas existentes na Igreja, ao nível dos revestimentos cerâmicos, dos madeiramentos, dos sistemas de impermeabilização e dos rufos e caleiros (Monte, 2010: 14-17). No âmbito desta intervenção, foi também efetuada a limpeza e conservação dos paramentos exteriores, a cargo da paróquia. No futuro, espera-se intervencionar as pinturas murais existentes no arco triunfal e na capela-mor, para as quais foi já desenvolvido um projeto de conservação e restauro (Pestana, 2010a), bem como o revestimento azulejar da capela-mor (Duarte, 2010b). [RR]

10 DECRETO n.º 14425. *D.G. Série I*. 228 (1927-10-15) 1989.

11 Veja-se a documentação relativa a esta questão em PT DGEMN:DSARH-010/139-0023. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011307310006]. Por uma questão de economia de espaço, optámos, neste caso, por referenciar o processo e não cada documento, como temos vindo a fazer, dada a extensão do processo em causa.

12 Idem.

13 Idem.

14 Memória de 29 de março de 1977 [SIPA.TXT.01493656]. Idem.

15 Veja-se a documentação relativa a esta questão em PT DGEMN:DSARH-010/139-0023. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011307310006].

16 Memória de 20 de março de 1991 [SIPA.TXT.01493328 e SIPA.TXT.01493328]. Idem.

CRONOLOGIA

Século XI: possível fundação do cenóbio de Vila Boa de Quires;

1118: documenta-se o "monasterium que dicent Villa Bona de Queiriz";

1180: data supostamente encontrada numa inscrição descoberta por ocasião das obras realizadas em 1881;

Século XIII: referências a Vila Boa de Quires enquanto couto, à honra de Portocarreiro e à honra de Buriz;

Século XIII (2.º quartel ou meados): edificação da atual fábrica românica de Vila Boa de Quires;

1320: a Igreja de Vila Boa de Quires já seria paroquial;

1536: Vila Boa de Quires passa a comenda da Casa de Bragança;

Século XVII (1.ª metade): campanha azulejar da capela-mor;

1706: o comendador de Vila Boa de Quires auferia de 600 mil réis, sendo anexos os rendimentos da paróquia de Rande, em Penafiel;

Século XVIII (2.ª metade): campanha de pintura da abóbada da capela-mor;

Século XIX (último quartel): substituição do retábulo-mor de matriz barroca pelo atual, neoclássico;

1881: ampliação da Igreja, deslocando a fachada principal cerca de 10 metros para ocidente e construção da torre;

1927: classificação da Igreja de Vila Boa de Quires como Monumento Nacional;

1940-1970: realização de diversas obras de conservação, dando uma especial atenção às coberturas da Igreja;

1947: instalação do relógio na torre sineira;

1977: decapagem do reboco das naves e do teto;

1999: benefício das coberturas da Igreja;

2010: a Igreja de Vila Boa de Quires passa a integrar a Rota do Românico;

2013: conservação geral das coberturas e dos paramentos exteriores da Igreja.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

A BÍBLIA sagrada. Lisboa: Paulus Editora, 2009. 1880.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALVES, Jorge Fernandes; SOEIRO, Teresa – Criar o concelho, construir a centralidade. In AGUIAR, Alexandre, coord. – *Marco de Canaveses: perspectivas*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 2009.

BARROCA, Mário – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

_____ – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho: séculos V a XV*. Porto: Universidade do Porto, 1987.

BASTO, Sónia (atualização) – *Igreja de Vila Boa de Quires/Igreja de Santo André* PT011307310006 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2006. [Consult. 20 de novembro de 2011]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

CORREIA, António Mendes [et al.] – V. B. de Quires. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1963. Vol. 35.

CORREIA, Vergílio – Arte visigótica. In *Obras: volume II – Estudos de história da arte: arquitectura*. Acta Universitatis Conimbricensis. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949.

_____ – O contributo muçulmano na arte românica. In *Obras: volume II – Estudos de história da arte: arquitectura*. Acta Universitatis Conimbricensis. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

CUNHA, Mafalda Soares da – *Comendadores e comendas da Casa de Bragança: sécs. XVI a XVIII* [Em linha]. Évora: Universidade de Évora - Cidehus, 2004. [Consult. 12-01-2012]. Disponível em [www: <URL: http://www.cidehus.uevora.pt/index_bdados.htm>](http://www.cidehus.uevora.pt/index_bdados.htm).

DECRETO n.º 14425. D.G. *Série I*. 228 (1927-10-15) 1989.

DUARTE, Artur Jaime – *Igreja de Vila Boa de Quires, Marco de Canaveses: conservação e restauro da pintura mural*. Porto: Artur Jaime Duarte, 2010a. Texto policopiado.

_____ – *Igreja de Vila Boa de Quires, Marco de Canaveses: conservação e restauro do revestimento azulejar da capela-mor*. Porto: Artur Jaime Duarte, 2010b. Texto policopiado.

GRAF, Gerhard N. – *Portugal Roman : le sud du Portugal, la nuit des temps*. Paris: Zodiaque, 1986.

HUERTA HUERTA, Pedro Luís – Los artífices materiales de la construcción románica: oficios y funciones. In *Protagonistas de la obra románica*. Aguilar del Campoo: Fundación Santa María la Real – C.E.R, 2004.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho – Vila Boa de Quires. In *Portugal antigo e moderno...* Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873-1890. Vol. 11.

MARQUES, Pedro José – *Dicionário abreviado das oito províncias dos Reinos de Portugal e Algarves*. Porto: Typographia Commercial, 1853.

MATTOS, Armando de – Arqueologia artística: estudos, notas e comentários: I. *Douro-Litoral*. N.º 4 (1949) 50-83.

MATTOSO, José – *Obras completas: o monaquismo ibérico e Cluny*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2002.

MECO, José – *O azulejo em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

MENESES, Tomás António de Noronha e – [Memória Paroquial de] Villa Boa de Quires [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT-TT-MPRQ/39/179.

MONTE, Hugo – *Igreja de Vila Boa de Quires: Porto, Marco de Canaveses, Vila Boa de Quires*. Vila do Conde: Hugo Monte, 2010. Texto policopiado.

NUÑO GONZÁLEZ, Jaime – Aportación de la história, de la arqueología y de las ciências auxiliares al conocimiento del estilo románico. In *Iniciación al arte románico*. Aguilar del Campoo: Fundación Santa María la Real – C.E.R., 2005.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM. 1706/14 (Igrejas do Bispado do Porto. Concelhos de Lousada e Marco de Canaveses).

_____ – *Processos vários*. N.º IPA PT011307310006 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro: 1835-1928*. Porto: Universidade do Porto, 1995. Dissertação de doutoramento em história da arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Texto policopiado.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso; SOTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de – Território, senhores e património na Idade Média. In AGUIAR, Alexandre, coord. – *Marco de Canaveses: perspectivas*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 2009. Vol. 1.

SIMÕES, J. M. dos Santos – *Azulejaria em Portugal no século XVII: tomo I – Tipologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

SOTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias: 1279-1325*. Porto: Universidade do Porto, 1997. Dissertação de doutoramento em história da Idade Média na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SOUSA, António Caetano de – *Provas da historia genealogica da casa real portugueza*. Lisboa: na Officina Sylviana da Academia Real, 1745.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, coord. – *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

VASCONCELOS, Joaquim de; ABREU, Marques – *A arte românica em Portugal: texto de Joaquim de Vasconcellos com reproduções seleccionadas e executas por Marques Abreu*. Porto: Edições Illustradas Marques Abreu, 1918.